

A REDUÇÃO DO NUMERO DE TRABALHADORES (entre 2011 e 30.6.2014 , 82.825 e o governo ainda pretende despedir mais 72.000) **E O CORTE NAS REMUNERAÇÕES DA FUNÇÃO PÚBLICA ESTÁ A DESTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS** (educação, saúde, segurança social, etc.)

O Ministério das Finanças (DGAEP) acabou de publicar as estatísticas sobre os trabalhadores da Função Pública referentes ao 2º Trimestre de 2014, o que permite fazer uma análise da situação da Administração Pública no período que se inicia em Dez.2011, a partir do qual existem dados disponíveis da mesma natureza, e Junho de 2014. No quadro seguinte reúne-se, de uma forma condensada, esses dados relativos ao número de trabalhadores.

Quadro 1 – Variação dos trabalhadores da Função Pública por profissões
(Administração Central, Local e Regional)

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - TOTAL CARGO / CARREIRA / GRUPO	31-dez-2011	30-jun -2014	VARIAÇÃO	
	N.º	Nº	Nº	%
TOTAL	612.566	552.959	-59.607	-9,7%
Representantes do poder legislativo (a)	3.050	2.278	-772	-25,3%
Dirigente superior:	1.424	1.194	-230	-16,2%
<i>Dirigente Superior de 1.º grau</i>	577	491	-86	-14,9%
<i>Dirigente Superior de 2.º grau</i>	847	703	-144	-17,0%
Dirigente intermédio:	9.646	8.456	-1.190	-12,3%
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	2.610	2.240	-370	-14,2%
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	4.800	4.621	-179	-3,7%
<i>Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus</i>	2.236	1.595	-641	-28,7%
Técnico Superior	53.074	50.660	-2.414	-4,5%
Assistente técnico/administrativo (b)	82.842	75.294	-7.548	-9,1%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	140.207	124.496	-15.711	-11,2%
Informático	4.626	4.401	-225	-4,9%
Magistrado	3.805	3.864	59	1,6%
Diplomata	372	353	-19	-5,1%
Pessoal de Investigação Científica	1.784	1.525	-259	-14,5%
Docente Ensino Universitário	13.994	13.674	-320	-2,3%
Docente Ensino Superior Politécnico	9.695	8.946	-749	-7,7%
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	150.852	129.640	-21.212	-14,1%
Pessoal de Inspeção	1.738	1.567	-171	-9,8%
Médico	7.462	7.594	132	1,8%
Enfermeiro	9.615	8.820	-795	-8,3%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	2.171	1.937	-234	-10,8%
Técnico Superior de Saúde	687	669	-18	-2,6%
Administração Tributária e Aduaneira	9.927	9.228	-699	-7,0%
Conservador e Notário	682	644	-38	-5,6%
Oficial dos Registos e do Notariado	4.568	4.221	-347	-7,6%
Oficial de Justiça	8.095	7.327	-768	-9,5%
Forças Armadas	34.509	31.209	-3.300	-9,6%
Polícia Judiciária	2.317	2.223	-94	-4,1%
Polícia de Segurança Pública	21.931	21.028	-903	-4,1%
Guarda Nacional Republicana	22.899	22.038	-861	-3,8%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	752	-4	-0,5%
Guarda Prisional	4.312	4.221	-91	-2,1%
Outro Pessoal de Segurança	1.990	1.459	-531	-26,7%
Bombeiro	2.264	2.095	-169	-7,5%
Polícia Municipal (d)	1.272	1.146	-126	-9,9%

FONTE: DGAEP- Ministério das Finanças

Entre 31.12.2011 e Junho de 2014, o número de trabalhadores das Administradores Públicas, devido à aposentação, rescisões e despedimentos associada a uma política de contratações insuficientes, diminuiu em 59.607, o que corresponde a uma redução de efectivos de 9,7%; ou seja, uma média de 3,88% por ano, portanto superior em 94% ao constante do “memorando da “troika” que era de 2% ao ano. Portanto, aqui o governo PSD/CDS foi para além da “troika”.

Como mostram também os dados do quadro, as profissões mais atingidas pela redução foram os professores (-21.212); os assistentes operacionais (-15.711); os assistentes técnicos (-7.548), as forças armadas (-3.300), as forças de segurança (-2.610), os Técnicos superiores (-2.414); os dirigentes (-1.420); e os enfermeiros (-795). Só os professores, os assistentes operacionais, os assistentes técnicos, os técnicos superiores e os enfermeiros somam 47.680, ou seja, 80% da redução de efetivos verificada neste período. É evidente que uma diminuição de trabalhadores com esta dimensão teve efeitos profundamente negativos no funcionamento dos serviços de se queixa a população.

Mas não foi apenas nas Administrações Públicas que se verificou neste período uma redução significativa de trabalhadores. Situação semelhante também teve lugar nos Hospitais públicos EP, cujos trabalhadores não estão considerados nos dados do quadro 1 (anterior). O quadro seguinte mostra a redução também verificada nos hospitais públicos.

Quadro 2 – Variação do número de trabalhadores dos Hospitais EPE (públicos)

<i>Unidade: postos de trabalho</i>				
HOSPITAIS EPE				
CARGO / CARREIRA / GRUPO	31-dez-2011	30-jun-2014(p)	VARIÇÃO	
	N.º	N.º	N.º	%
Total	90.726	88.271	-2.455	-2,7%
Dirigente superior	196	180	-16	-8,2%
Dirigente intermédio	304	279	-25	-8,2%
Técnico Superior	2.097	2.086	-11	-0,5%
Assistente técnico/administrativo	10.210	9.681	-529	-5,2%
Assistente operacional/operário/auxiliar	22.655	20.683	-1.972	-8,7%
Informático	431	427	-4	-0,9%
Pessoal de Investigação Científica	19	15	-4	-21,1%
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	99	96	-3	-3,0%
Médico	16.713	18.144	1.431	8,6%
Enfermeiro	30.556	29.449	-1.107	-3,6%
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	6.330	6.126	-204	-3,2%
Técnico Superior de Saúde	1.114	1.103	-11	-1,0%
Polícia de Segurança Pública	2	2	0	0,0%

FONTE: DGAEP – Ministério das Finanças

Nos Hospitais públicos EPE, a redução do número de trabalhadores no mesmo período (entre 31.12.2011 e 30.Junho.2014) foi de 2.455 (-2,7%) sendo as profissões mais atingidas a de assistente operacional (-1.972); a de enfermeiro (-1.107), e a de assistente técnico (-529). Como menos trabalhadores o funcionamento dos serviços não se degradará ? – É a pergunta que naturalmente se coloca e que o ministro não responde.

Em conjunto, Administrações Públicas mais Hospitais EPE , a redução de trabalhadores em dois anos e meio atingiu 62.062 trabalhadores o que inevitavelmente, por um lado, provocou uma forte degradação dos serviços públicos e, por outro lado, uma sobrecarga de trabalho nos trabalhadores que permaneceram; e, finalmente, contribuiu para o aumento do desemprego.

O quadro 3 embora incluindo também os trabalhadores dos Hospitais EPE (os do quadro 2), pois Hospitais são empresas da Administração Central, no entanto abrange um universo maior – inclui empresas detidas pela Administração Central, Local e Regional– que interessa analisar. E como rapidamente se conclui, se retiramos a redução verificada nos Hospitais EPE (2455), a redução verificada nas restantes empresas é ainda de 20.247.

Quadro 3 – Variação dos trabalhadores nas empresas detidas pelas AP's

CARGO / CARREIRA / GRUPO	EMPRESAS DETIDAS - Numero de trabalhadores												
	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				A.R. DA MADEIRA				ADMINISTRAÇÃO LOCAL				Varia- ção 2012- 2014
	31-dez- 2012	30-jun- 2014 (p)	VARIAÇÃO		31-dez- 2012	30-jun- 2014 (p)	VARIAÇÃO		31-dez- 2012	30-jun- 2014 (p)	VARIAÇÃO		
	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%	N.º
Total	159.088	136.386	-22.702	-14,3%	7.359	7.232	-127	-1,7%	16.174	15.785	-389	-2,4%	-23.218
Dirigente superior	649	580	-69	-10,6%	26	24	-2	-7,7%	260	220	-40	-15,4%	-111
Dirigente intermédio	5.454	3.805	-1.649	-30,2%	129	127	-2	-1,6%	560	520	-40	-7,1%	-1.691
Técnico Superior	9.711	8.298	-1.413	-14,6%	329	338	9	2,7%	1.717	1.688	-29	-1,7%	-1.433
Assistente técnico/ administrativo	36.113	29.497	-6.616	-18,3%	1.100	1.067	-33	-3,0%	3.478	3.337	-141	-4,1%	-6.790
Assist. operacional/ operário/auxiliar	49.834	37.890	-11.944	-24,0%	3.305	3.219	-86	-2,6%	9.937	9.804	-133	-1,3%	-12.163
Informático	1.333	956	-377	-28,3%	37	39	2	5,4%	199	197	-2	-1,0%	-377
Investigação Científica	19	16	-3	-15,8%	0	0	0		0	0	0		-3
Educ. Infância e Doc. Básico/Sec	97	96	-1	-1,0%	6	6	0	0,0%	15	13	-2	-13,3%	-3
Pessoal de Inspeção	41	39	-2	-4,9%	0	0	0		0	0	0		-2
Médico	17.132	18.167	1.035	6,0%	476	520	44	9,2%	1	0	-1		1.078
Enfermeiro	30.724	29.467	-1.257	-4,1%	1.613	1.543	-70	-4,3%	1	1	0	0,0%	-1.327
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	6.432	6.155	-277	-4,3%	241	252	11	4,6%	0	0	0		-266
Técnico Superior de Saúde	1.123	1.103	-20	-1,8%	97	97	0	0,0%	0	0	0		-20
Oficial dos Registos e Notariado	3	2	-1	-33,3%	0	0	0		0	0	0		-1
F. Armadas	290	309	19	6,6%	0	0	0		0	0	0		19
PSP	2	2	0	0,0%	0	0	0		0	0	0		0
Outro Pessoal de Segurança	4	4	0	0,0%	0	0	0		1	0	-1		-1
Bombeiro	127	0	-127	-100%	0	0	0		5	5	0	0,0%	-127

Fontes: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP - Ministério das Finanças

Se somarmos a redução de trabalhadores nas empresas – 23.218 – à redução de trabalhadores nas Administrações Públicas – 59.607 – obtém-se 82.825. e segundo o Diário de Notícias de 13.9.2014, o governo ainda quer despedir mais 72.000. Mas analisemos as remunerações (q.4).

Quadro 4 – remunerações nas Administrações Públicas –

CARGO / CARREIRA / GRUPO	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL				GANHO MÉDIO MENSAL			
	REMUNERAÇÃO - Euros		VARIAÇÃO		GANHO - Euros		VARIAÇÃO	
	2011-Out	Abr-14	Euros	%	2011-Out	Abr-14	Euros	%
Total	1.404,3	1.329,4	-74,8	-5,3%	1.599,9	1.518,6	-81,3	-5,1%
Represent. do poder legislat. e de órgãos executivos (a)	2.253,5	2.342,4	89,0	3,9%	2.793,9	2.927,0	133,2	4,8%
Dirigente superior:	3.492,2	3.488,8	-3,5	-0,1%	4.198,7	4.212,7	14,0	0,3%
<i>Dirigente Superior de 1.º grau</i>	3.636,8	3.623,5	-13,3	-0,4%	4.483,3	4.438,6	-44,8	-1,0%
<i>Dirigente Superior de 2.º grau</i>	3.389,0	3.391,7	2,7	0,1%	3.995,5	4.050,0	54,5	1,4%
Dirigente intermédio:	2.498,4	2.349,2	-149,3	-6,0%	2.886,1	2.746,9	-139,2	-4,8%
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	2.918,9	2.806,2	-112,7	-3,9%	3.447,8	3.362,3	-85,5	-2,5%
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	2.512,7	2.333,8	-178,9	-7,1%	2.835,6	2.698,2	-137,3	-4,8%
<i>Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus</i>	1.973,2	1.750,3	-223,0	-11,3%	2.333,9	2.021,7	-312,1	-13,4%
Técnico Superior	1.629,7	1.512,8	-116,9	-7,2%	1.767,8	1.653,8	-114,0	-6,4%
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo (b)	940,0	882,1	-57,9	-6,2%	1.071,6	1.008,7	-62,9	-5,9%
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic. (c)	625,8	604,8	-21,1	-3,4%	762,8	727,0	-35,8	-4,7%
Informático	1.694,4	1.575,1	-119,2	-7,0%	1.832,7	1.713,9	-118,8	-6,5%
Magistrado	4.125,2	4.014,5	-110,8	-2,7%	4.799,0	4.755,2	-43,8	-0,9%
Diplomata	2.261,5	2.188,2	-73,3	-3,2%	8.645,0	8.015,2	-629,9	-7,3%
Pessoal de Investigação Científica	3.107,7	2.945,7	-162,0	-5,2%	3.199,2	3.045,4	-153,8	-4,8%
Docente Ensino Universitário	3.185,9	3.087,0	-98,9	-3,1%	3.282,9	3.191,1	-91,8	-2,8%
Docente Ensino Superior Politécnico	2.636,1	2.568,8	-67,3	-2,6%	2.745,9	2.671,8	-74,1	-2,7%
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	1.940,4	1.824,2	-116,2	-6,0%	2.044,7	1.927,3	-117,4	-5,7%
Pessoal de Inspecção	2.059,1	1.939,1	-120,0	-5,8%	2.414,6	2.251,6	-163,0	-6,8%
Médico	2.898,6	2.720,3	-178,3	-6,2%	3.891,8	3.415,7	-476,1	-12,2%
Enfermeiro	1.356,7	1.289,2	-67,4	-5,0%	1.658,2	1.523,1	-135,1	-8,1%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1.331,1	1.222,2	-108,9	-8,2%	1.481,8	1.335,6	-146,2	-9,9%
Técnico Superior de Saúde	1.797,8	1.650,3	-147,5	-8,2%	1.907,0	1.748,0	-159,0	-8,3%
Administ. Tributária e Aduaneira	1.829,5	1.693,0	-136,5	-7,5%	2.030,4	1.865,8	-164,6	-8,1%
Conservador e Notário	3.359,0	3.199,4	-159,6	-4,8%	3.903,9	3.441,2	-462,7	-11,9%
Oficial dos Registos e do Notariado	1.830,5	1.700,0	-130,5	-7,1%	2.013,9	1.855,2	-158,6	-7,9%
Oficial de Justiça	1.406,0	1.268,0	-137,9	-9,8%	1.640,2	1.481,5	-158,6	-9,7%
Forças Armadas	1.120,9	1.034,5	-86,4	-7,7%	1.505,1	1.384,7	-120,4	-8,0%
Polícia Judiciária	1.803,5	1.644,8	-158,6	-8,8%	2.212,6	2.037,7	-174,9	-7,9%
Polícia de Segurança Pública	1.297,2	1.274,9	-22,3	-1,7%	1.646,9	1.708,8	61,9	3,8%
Guarda Nacional Republicana	1.315,6	1.259,4	-56,3	-4,3%	1.555,5	1.516,0	-39,5	-2,5%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2.001,8	1.878,2	-123,6	-6,2%	2.668,6	2.630,8	-37,8	-1,4%
Guarda Prisional	1.011,0	930,0	-81,1	-8,0%	1.769,1	1.698,4	-70,7	-4,0%
Outro Pessoal de Segurança	1.058,3	994,8	-63,5	-6,0%	1.498,5	1.361,7	-136,8	-9,1%
Bombeiro	992,7	911,5	-81,2	-8,2%	1.540,9	1.360,3	-180,6	-11,7%
Polícia Municipal (d)	943,1	871,1	-72,0	-7,6%	1.400,1	1.292,6	-107,5	-7,7%

Segundo o Ministério das Finanças (DGAEP), entre Outubro de 2011 (*período a partir do qual a DGAEP passou a disponibilizar dados*) e Abril de 2014, as remunerações **nominais** dos trabalhadores da Função Pública diminuíram, em média, 5,1%, variando muito de profissão para profissão, não só na remuneração base mensal mas também no ganho médio mensal, que inclui tudo o resto que o trabalhador recebe, como revelam os dados do quadro.

Mas os valores de Outubro de 2011, constantes do quadro 4, são já valores que incorporam os cortes aprovados pelo governo de Sócrates (Lei 55-A/2010) que estabeleceu um corte de 3,5% nas remunerações entre 1500 euros e 2000 euros; de 3,5% sobre o valor até 2000 euros acrescido de 16% sobre o valor da remuneração que excedesse os 2000 euros até 4.165 euros; e de 10% sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165 euros. Este corte do governo Sócrates, depois agravada pelo governo de Passos Coelho, determinou uma redução na remuneração média estimada em 5%, que se deve adicionar à do quadro 4, o que dá uma redução na remuneração nominal média mensal de cerca de 10% desde 2010.

Entre 2011 e 2014, os preços (IPC) aumentou cerca de 7,2%, o que determina que, em termos reais, a quebra no poder de compra dos trabalhadores da Função Pública, entre 2010 e 2014, tenha atingido cerca de 16%. E neste valor não está considerado a apropriação pelo governo do subsídio de férias e de Natal em 2012 (1.200 milhões de euros de remunerações a menos)

Para terminar interessa olhar para os dados do quadro 5 sobre a evolução da despesa pública por rubricas no período 2010-2013, pois mostra de uma forma clara o massacre a que têm estado sujeitos os trabalhadores da Função Pública pela “troika” e pelo governo PSD/CDS e, conseqüentemente, a degradação dos serviços causada por essa política.

Quadro 5 – Variação das despesas das Administrações Públicas por rúbricas : 2010/2013

RÚBRICAS	2010 Milhões€	2011- Milhões€	2012- Milhões€	2013 Milhões€	Variação Milhões €	Variação em %
DESPESA TOTAL	84.095	82.419	76.885	79.831	-4.264	-5,1%
Consumo Intermédio	8.059	7.891	7.400	7.308	-751	-9,3%
Despesa com Pessoal	21.157	19.422	16.510	17.789	-3.368	-15,9%
Prestações sociais (inclui também SNS)	37.895	37.775	37.139	38.834	939	2,5%
Subsídios	1.283	1.184	968	1.117	-166	-12,9%
Outras despesas correntes	4.396	4.291	4.113	4.397	1	0,0%
Despesas de Capital	6.455	4.966	3.629	3.324	-3.131	-48,5%
JUROS	4.850	6.890	7.126	7.064	2.214	45,6%

FONTE: Análise das contas das Administrações Públicas - 2013 - Conselho das Finanças Públicas

Segundo dados divulgados pelo Conselho das Finanças Públicas, entre 2010 e 2013, a despesa pública diminuiu 5,1% (- 4.264 milhões €), mas isso foi conseguido à custa de cortes de 15,9% na Despesas de Pessoal (- 3.368 milhões €) e de um corte brutal de 48,5% no investimento público (-3.131 milhões €). Estes cortes neste tipo de despesas tiveram como consequência inevitável uma grande degradação dos serviços públicos essenciais prestados à população, nomeadamente saúde, educação, segurança social, etc., pois sem trabalhadores não há bons serviços públicos, e contribuiu também para o aumento do desemprego não só causado pela destruição de um número muito elevado de empregos na Administração Pública como mostramos, mas também devido à quebra acentuada do investimento público, o que provocou a redução do número de novos empregos criados. (o Estado deixou de criar emprego e passou a ser uma das principais fontes de destruição de emprego no país). E como tudo isto já não fosse suficiente, o Diário de Notícias de 13.9.2014 divulgou que o Ministério das Finanças tinha dado instruções aos serviços para elaborar uma lista com 72.000 a colocar no chamado sistema de requalificação que é a antecâmara do despedimento. A confirmar-se isso, o objetivo é a destruição da Administração Pública. Enquanto se fazem cortes brutais nas despesas de pessoal e de investimento, a despesa com os juros da dívida pública aumentou, entre 2010 e 2013, 45,6% (+2.214 milhões €). Uma política de dois pesos e duas medidas: má para quem trabalha, para pensionistas e para o emprego, e boa para os credores (bancos)

Eugénio Rosa , Economista, edr2@netacabo.pt - 14.9.2014